


GÊNERO E IDENTIDADE NA PÓS-MODERNIDADE: CONSIDERAÇÕES NASCENTE¹

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-078>

Data de submissão: 08/09/2024

Data de publicação: 08/10/2024

Ana Cláudia Delfini

Pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo
Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí

Pedro Capo

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí

Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO

É premente refletir acerca da identidade e sobre como ela pode ser engendrada por características pessoais. A dicotomia que emerge quando trata-se da identidade entre homens e mulheres, revela uma segregação em que atribui-se valor positivo para um e valor negativo para outro, colocando o binarismo de gênero, em nossa sociedade, como uma condição única. Para isso, o fio condutor deste artigo buscará compreender as relações de identidade na pós-modernidade e as relações que o gênero possui no movimento pós-estruturalista, numa proposta metodológica qualitativa que abarca textos basilares sobre gênero e identidade em que os autores, de forma surgente, tecem considerações. A partir da concepção de identidades, vemos que diferenciar os indivíduos é processo imbricado de significados que reforça as características históricas e geográficas a que os sujeitos estão submetidos, que apresenta constantes modificações, o que faz surgir novas identidades. No tocante ao gênero, a busca para que se torne uma categoria analítica atravessa a luta de minorias acometidas por desigualdades nas relações de poder e a resignificação do termo para que não apenas diferencie masculino de feminino, abrindo espaço para novas concepções e categorias. A construção social atual, portanto, demanda que os significados carregados de verdades absolutas sejam remodelados, contrapondo o pensamento moderno e resignificando identidades e gênero, para desconstruir as ambiguidades e generalizações enraizadas em cada um de nós.

Palavras-chave: Identidade, Gênero, Pós-modernidade.

¹ Artigo apresentado à disciplina de Fundamentos Sociológicos sobre Identidade e Diferença nas Práticas Docentes e Formação Profissional ministrada pelas professoras Tânia Regina Raitz, Ana Claudia Delfini e Naiara Gracia Tibola.

1 INTRODUÇÃO

Se alguém lhe perguntar: “quem você é?”, e/ou, “qual sua identidade?”. Num primeiro momento, parece algo simples de ser respondido, arriscaríamos dizer que não deve haver muita complexidade nesta réplica. Mas será que tal questionamento, é realmente algo tão simples assim de ser respondido?

Silva (2000) afirma que a identidade pode ser compreendida como algo “simples”, aquilo que se é, ou aquilo que você considera ser: "sou brasileiro", "sou negro", "sou homossexual", "sou mulher". Deste modo, a identidade pode ser assimilada por alguma característica pessoal, em sua maioria, considerada positiva e que seu/sua detentor(a) lhe atribuirá. Nessa perspectiva, [...] “a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente” (Silva, 2000, p. 74). Precisamos, no entanto, ter a consciência de que nem sempre as características auto-atribuídas revelam a verdade e podem ser traduzidas em uma única perspectiva.

Consideramos que não podemos nos definir apenas por uma característica, ou momento. Somos seres em constante mudança e nos constituímos por inúmeras facetas, dependendo do local em que estamos, a forma como nos sentimos, entre outras variáveis que podem influenciar nosso ser/estar. A liquidez da modernidade de Zygmunt Bauman já evidenciava a fluidez com que temos nos ocupado no sentido de compreender as movimentações pelas quais a sociedade passa e que, conseqüentemente, afetam as identidades progressiva e exageradamente. “O próprio conceito com o qual estamos lidando - identidade - é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (Hall, 2015, p. 9). É por isso que a definição dos termos aqui abarcados é tarefa iniciada, mas que não possui um ponto final.

A concepção de identidade está intimamente ligada à ideia do que somos ou não somos, com aquilo que me identifico ou aquilo que me é estranho. Portanto, ao afirmar o que sou, automaticamente digo exatamente o que não sou, conferindo uma pseudo ideia de rotulação, ou até mesmo de satisfação, uma vez que, através da identidade, me aproximo ou me afasto de certos grupos, me coloco ou me excluo de determinados locais e aceito ou recuso determinadas situações. “A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído” (Silva, 2000, p. 82). Vemos que a identidade define nossas escolhas, ações, percepções, definições, preferências.

Desta forma, uma das mais fáceis e aceitas forma de segregação, e compreensão de identidades se estrutura em oposições dicotômicas, ou seja, de dois pólos que teoricamente deveriam ser opostos, como: o bem e o mal, o claro e o escuro, o homem e a mulher. Nesta forma simplista de divisão, um dos termos sempre é privilegiado, ou seja, um recebe valor positivo e o outro negativo (Silva, 2000).

As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/ homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. (SILVA, p. 83, 2000).

Acerca dos binarismos, Scott (1995) pontua ainda que se o antagonismo está sempre latente, considera-se a possibilidade de não haver uma solução final para esta situação. A autora considera que talvez seja possível remoldar e reorganizar a simbolização da diferença, sem uma solução pontual e resolutive, evidenciando a complexidade desta oposição.

Em meio a estes processos e estruturas podemos citar algumas formas identitárias de indicar construções sociais. Nesse artigo, as relações de gênero serão visualizadas como um “pavio” dos “novos” pensamentos que emergiram com a pós-modernidade, em relação aos papéis impostos ao homem e à mulher. Consideramos que, historicamente, a sociedade dispense esforço para construir em sua maioria, através da linguagem, uma identidade “universal” de gênero, para categorizar e impor certos limites subjetivos a determinados grupos (Scott, 1995) e que este processo está repleto de significados e experiências.

Para tanto, o objetivo deste artigo é compreender as relações de identidade na pós-modernidade, e as relações que o gênero possui no movimento pós-estruturalista, cientes da complexidade da temática e com a expectativa de aprofundar - sem a pretensão de definir ou esgotar - os conceitos.

2 AS IDENTIDADES

As identidades que conhecemos e foram estabelecidas na modernidade, chegaram ao fim com o início da pós-modernidade no final do século XX. Essas novas identidades estão construindo e “fragmentando as paisagens” culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. (Hall, 2015, p. 10). Possibilitando inúmeras facetas àquelas “antigas” e “reguladas” identidades, limitadas pelo meio em que se está presente.

Este fenômeno é percebido através da globalização, cujos processos identitários atuam em larga escala, estabelecendo e conectando novas organizações a múltiplas identidades, distanciando do “enquadramento” proposto pelo início da modernidade. É importante salientar que este fenômeno não é recente, porém apenas nos anos de 1970 as relações globais emergiram de forma exponencial, legitimando as “novas” identidades (Hall, 2015). A partir de então, o dito sujeito pós-moderno, é concebido como aquele que possui uma identidade móvel, transcendente, e não aquele que possui uma identidade fixa, essencial ou permanente.

Em certa medida, essa identidade móvel decorrente da globalização emerge através do consumo dessas “novas” culturas, as quais, corroboram para uma espécie de “identidade partilhada”, a qual se distancia das identidades socialmente aceitas como intactas e conservadoras (Hall, 2015). Desta forma, a pós-modernidade age principalmente como um agente descentralizador desta identidade hegemônica, com uma perspectiva que possibilita novas identidades, ocupadas da experiência de cada indivíduo, em que o sujeito pode metamorfosear e se (re)construir.

Como conclusão provisória, parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-histórias. (Hall, 2015, p. 51)

Percebemos então que a identidade, para cada indivíduo, possui significado e formato distinto, porém, possui significado universal se compreendermos que sua individualidade parte de um processo discursivo e de produção simbólica (Silva, 2000). Entretanto, essa afirmação pode ser entendida se pensarmos de forma contrária ao que foi mencionado. Imagine só, se todos fôssemos iguais... Nascidos em um mesmo local, com a mesma cor, o mesmo trabalho e as mesmas opções de escolhas. Como poderia ser possível nos identificarmos? Neste mundo, aqui criado, o conceito de identidade não faria sentido algum. Portanto, as circunstâncias interferem significativamente na atribuição de significado ao que é compreendido como identidade.

A diferença pode ser considerada como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença (Silva, 2000). Sendo assim, a identidade não é algo concreto, não é um fenômeno, não é natural nem cultural. É mutável, flexível e passível de escolha, possuindo significados distintos conforme aqueles que a concebem. Silva (2000, p. 96) acrescenta que

[...] a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, segmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Nesta perspectiva, a identidade possui estreita relação com a diferença, do “ser ou não ser” e com aquilo que constitui cada um, sua representação, seu significado. “O significado surge nas relações de similaridade e diferença, que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. Nós sabemos o que é a “noite” por que ela não é o “dia” (Hall, 2015, p. 25). Desse modo, fica evidente a relação da identidade com o sistema em que o sujeito se encontra, já que as relações de poder exercem

influência significativa, da mesma forma que a identidade é considerada um ato performativo, já que podemos “adotar” determinada identidade para nos adequar ao meio social, por exemplo.

Compreendemos que o termo acima citado, a “representação”, assim como a identidade, possui inúmeras definições. Porém, neste artigo excluiríamos as concepções modernas filosóficas e performáticas para atentarmos a uma ideia pós-estruturalista que está imbricada na significação, ou seja, numa forma de atribuição de sentido. Vislumbrando o que é representado de forma expressa, exterior e/ou através das imprecisões e modificações da linguagem e da cultura, estreitamente relacionados com as relações de poder (Scott, 1995; Silva, 2000).

Sendo assim, essa diferença que constitui as questões inerentes a identidade possuem relação cultural e social, uma vez que são constituídas a partir de significação simbólica, com construções que devem ser compreendidas e datadas histórica e geograficamente (Silva, 2000). “A ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a história do sujeito moderno” (Hall, 2015, p. 17).

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (Silva, 2000, p. 81).

A identidade é formada ao longo de um tempo, das experiências, das relações e dos processos, e não pode ser compreendida como algo inato, que vem desde tenra idade, ou do nascimento como algo fixado para o indivíduo. Sendo assim, ela permanece em um estado contínuo de incompletude, sempre em processo de desenvolvimento (Hall, 2015). O autor ainda afirma que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (p. 9).

3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A partir das concepções de identidade, e descentramento do sujeito proposto por Hall (2015), contemplamos nesse artigo a concepção proposta pela descentralização da identidade a partir da vertente do feminismo. Esta última, na perspectiva de Scott (1995, p. 84) que recusa a construção hierárquica ocorrida entre feminino e masculino, buscando que suas operações fossem revertidas ou deslocadas para “[...] desenvolver o gênero como uma categoria analítica”.

O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram partes distintas da mesma identidade, uma identidade universal socialmente aceita, em que os indivíduos deveriam se portar de forma pré-estabelecida. Isto “politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de

identificação [...] (Hall, 2015, p. 28). Enfatizamos que o feminismo procurava dar ouvidos às vozes até então “ignoradas”, aquelas consideradas minorias, sendo elas as próprias mulheres, os gays, lésbicas, as políticas sexuais e as pessoas envolvidas com lutas raciais, por exemplo.

Aquilo que começou como um movimento dirigido à posição das mulheres à “ascensão social” constituiu o surgimento da luta de identidades para cada um dos movimentos (Hall, 2015). Apontamos aqui, o início das formações das identidades sexuais e de gênero que são subjetivas e sofrem consonância dos recursos simbólicos e da construção de poder (Scott, 1995).

O caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, a teoria feminista e a teoria queer contribuem, de forma decisiva, para o questionamento das oposições binárias - masculino/feminino, heterossexual/homossexual - nas quais se baseia o processo de fixação das identidades de gênero e das identidades sexuais (Silva, 2000, p. 89).

Em uma breve retomada histórica, das diversas definições de gênero que os estudos feministas trouxeram, podemos discutir da mais simples e tenra, a qual foi utilizada como primeira definição em meados dos anos de 1960, como o gênero, sendo o oposto e complemento do sexo, aquilo que é construído de forma unânime na sociedade como a ideia do que é aceito biologicamente, entre o homem e a mulher. Tal definição primária tinha como objetivo explicitar e enfatizar as dimensões que o gênero sobrepunha a categoria sexo, a fim, principalmente de elucidar a dimensão social que a palavra gênero poderia carregar, uma vez que o termo era apenas utilizado para a diferenciação do masculino e/ou feminino (Carvalho, 2012).

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido. (Scott, 1995, p. 85)

Posterior à primária definição de gênero, com maior aceite social sobre suas dimensões, o gênero não se mantém categorizado como a oposição ao sexo, mas sim, como uma das questões distintas e elaboradas que a categoria sexo permeia. O entendimento sobre sexo e gênero, preconiza que distintos indivíduos assumem diferentes papéis e construções sociais de significado. Com isso, vemos que o gênero pode ser compreendido como um importante locutor dos significados e símbolos que constituem toda uma construção social, não apenas as que estão relacionadas à pseudo-hierarquia do masculino/feminino e das biologicamente aceitas. Neste sentido, Carvalho (2012) afirma que “o gênero é a lente por meio da qual olhamos, compreendemos e agimos frente aos corpos e à sexualidade” (p. 403).

Outro fator que impacta tal relação à constituição de gênero, está sobreposta na sociedade por outras desigualdades, como classe, raça/etnia, idade entre outros. O gênero pode ser enfatizado também nas questões econômicas da sociedade, em relação ao papel do homem e da mulher, bem como nas relações de poder e nas diferenças entre os sexos na construção da linguagem e do comportamento. “Quando o gênero foi tomado como uma questão aberta sobre as formas como a diferença sexual foi concebida, ele serviu como uma categoria provocativa de análise social, cultural e histórica” (Scott, 2019, p. 329).

A partir de então a palavra “gênero” foi usada primariamente para se referir a categorias como “masculino”, “feminino” e “neutro”, apoiadas estruturalmente no sexo, uma vez que o sexo é utilizado para as categorias biológicas e o gênero para categorias sociais. De fato, o que pode ser percebido é que em ambos os casos há uma relação de dependência, considerando que “[...]se o sexo não é inteiramente natural, nem o gênero é inteiramente social. (Scott, 2019, p. 323).

Tal compreensão nos permite perceber as inúmeras alterações nos padrões culturais que ocorreram nos povos e culturas das diversas localidades do planeta, uma vez que todo povo deve ser compreendido como geograficamente e historicamente datado. Desta forma, se “[...] as ideias sobre gênero predominantes em um dado contexto social levam à atribuição, aos corpos e às práticas sexuais, de determinados sentidos ao invés de outros [...]” (Carvalho, 2012, p. 403); acreditamos que os diversos comportamentos e percepções, sobre o que significa ser um homem, uma mulher, ou nem um nem outro, afetam a importância dos estudos e do conceito de gênero.

O gênero, portanto, não substitui as práticas sexuais nas discussões sobre diferença sexual, porém auxilia para a identificação e construção social. Sendo assim, quando gênero assume a existência das diferenças de sexo, há uma difícil barreira a ser rompida, a qual caminha de forma interligada entre a categoria sexo, e a categoria gênero, tornando-a difícil de ser “quebrada”, o que no uso comum fez com que se tornassem sinônimos (Scott, 2019).

O gênero norteou o caminho para os estudos sociais das diferenças sexuais, da masculinidade, da feminilidade e conseqüentemente das identidades sexuais. Colocou em xeque quais os diferentes papéis e atribuições que eram designados para cada sexo, e de que forma tais atribuições simbólicas interferiam na vida e nas práticas de diversos indivíduos, já que gênero e sexo deviam ser entendidos como uma teia complexa que está profundamente interligada (Scott, 2019).

Porém ainda é comum recorrer à biologia para tentar explicar a identidade de gênero, tornando essencialmente o masculino como dominante, e conseqüentemente negando as construções pós-modernas advindas da ideia pós-estruturalista do feminismo.

Embora aparentemente baseadas em argumentos biológicos, as tentativas de fixação da identidade que apelam para a natureza não são menos culturais. Basear a inferiorização das mulheres ou de certos grupos "raciais" ou étnicos em alguma suposta característica natural ou biológica não é simplesmente um erro "científico", mas a demonstração da imposição de uma eloquente grade cultural sobre uma natureza que, em si mesma, é - culturalmente falando - silenciosa. (Silva, 2000, p. 86).

Antes da perspectiva biológica, houve uma interpretação de que o fato biológico constitui significados e imposições que foram construídos socialmente por um grupo. Silva (2000) menciona que o que possui real significação para um grupo de indivíduos, para outro, pode não ter qualquer significado. Com isso, dentre as diversas interpretações que podem emergir sobre a identidade, mesmo sendo a biológica, devemos compreender que, determinadas percepções não representam de forma única e exclusiva as diversas interpretações que a identidade pode tomar.

Outro fator que deve ser levado em consideração, é a relação das diversas identidades e sua relativa importância nas distintas identidades que um mesmo indivíduo pode se apropriar. Por exemplo, enquanto o fator biológico pode ser um indício para a relação de gênero e sua identidade, os essencialismos culturais tornam-se efetivos em relação às identidades nacionais, e não necessariamente possuem a mesma carga quando colocados em diferentes contextos. O que de certa forma equaliza a balança de suas respectivas importâncias, uma vez que um não necessariamente se justifica pelo outro (Silva, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o significado de identidade é uma tarefa bastante complexa, pois das inúmeras formas que a mesma pode ser pensada, nenhuma é capaz de promover uma verdade absoluta. O que aparenta comum, ao senso comum, na verdade nos traz vestígios de um pensamento moderno, cultural e estruturalista, carregado de significados e símbolos os quais necessitamos, de forma premente, de certo afastamento para que possa ser investigado.

Compreendemos que o conceito e a lógica da identidade são cruciais para a construção social, porém a pós-modernidade surge rompendo e/ou questionando paradigmas através da constante mutabilidade e do acesso à informação. É neste rizoma que encontramos uma maior possibilidade de significação aos símbolos globalmente construídos.

Apontamos então o feminismo como um dos movimentos precursores da luta pela liberdade e ressignificação da identidade, do gênero e da emancipação da diferença. Visto que, problematizou as relações de poder intrínsecos e extrínsecos, questionando aquilo que foi instituído como comum, através da linguagem. Reverberando assim, em uma errônea identidade universal.

Por fim, compreendemos que, mesmo superando epistemologicamente a modernidade, algumas raízes ainda estão demasiadamente fixadas em nós enquanto sociedade, e devemos então, construir novas relações a fim de sobrepor essa generalização e ambiguidade do que é identidade, e principalmente do que constitui as relações identitárias e de gênero.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. P. de. O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula. Gender concept in the school day to day life. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 401-412, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i46.416. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/416>. Acesso em: 15 jul. 2023.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 319-339, jan./jun. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.